

FARMACÊUTICO NA FARMÁCIA: PRIORIDADE DA NOVA DIRETORIA

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor da revista Pharmacia Brasileira



Dr. Jaldo de Souza Santos, reeleito presidente do CFF, diz, em entrevista à PHARMACIA BRASILEIRA, que a prioridade desta sua terceira gestão é fazer com que as farmácias somente funcionem com a presença do farmacêutico

A atenção farmacêutica é a prioridade número um desta gestão da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia. O presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, reconduzido, pela terceira vez consecutiva ao cargo, afirma que o CFF buscará todos os caminhos possíveis que levem à presença do farmacêutico à farmácia, tanto comunitária, como hospitalar. Souza Santos está levantando as condições para isso. Vislumbra, inicialmente, dois caminhos paralelos a seguir. Um é o da massificação das condições culturais e científicas para a prestação de serviços de atenção farmacêutica. O outro é o da aproximação com órgãos, como o Procon, as vigilâncias sanitárias e o Ministério Público, com vistas à elaboração de um plano conjunto de fiscalização, como aconteceu em Belém (PA). Ali, o CRF-Pará/Amapá mobilizou toda a categoria e os estudantes de Farmácia e, em seguida, alinhavou uma parceria com esses órgãos. Além disso, trouxe para o centro dos entendimentos o próprio sindicato dos proprietários de farmácia. O objetivo foi criar as bases para a execução de um plano de assistência plena, inclusive nos plantões noturnos. Deu certo. Dr. Jaldo de Souza Santos aposta na eficácia desses dois caminhos e explica o por quê. O presidente do CFF, nesta entrevista que deu à PHARMACIA BRASILEIRA, minutos após à sua eleição, fala ainda sobre outras prioridades desta gestão. **Veja a entrevista.**

PHARMACIA BRASILEIRA - Dr. Jaldo, qual o projeto que o senhor mais gostaria de ter executado, na gestão passada, mas não pôde?

Jaldo de Souza Santos - Certamente, foi o de universalizar a atenção farmacêutica, ou seja, fazer com que todos os estabelecimentos farmacêuticos comunitários ou comerciais e hospitalares somente funcionassem com a presença do farmacêutico. Portanto, se tiver que dizer que algo frustrou as minhas expectativas, em minha gestão passada como presidente do Conselho Federal de Farmácia, foi não ver todas as farmácias do Brasil inteiro mantendo o seu farmacêutico presente, para prestar os seus serviços de assistência.

Nas demais áreas de atuação, como as análises clínicas, a manipulação e a homeopatia, as coisas estão indo bem. O farmacêutico, nesses setores, é um obstinado em manter-se atualizado, através de cursos de especialização etc. E eles estão em seus postos. Mesmo nas indústrias de medicamentos, alimentos e saneantes, temos grandes progressos. Nas análises clínicas, os nossos problemas são de natureza jurídica. Aí, temos enfrentado a briga dos médicos, que querem criar uma reserva de mercado, no campo da citopatologia clínica. O próprio Conselho Federal de Medicina criou uma resolução, estabelecendo que esta é uma área exclusivamente médica. Mas estamos ganhando todas as disputas judiciais. O Ministério da Saúde inclusive reconhece esta como uma área também do farmacêutico, tanto que o autoriza a participar do programa de prevenção do câncer de colo uterino (Exame Papanicolaou).

Voltando ao assunto anterior, é preciso reconhecer a enorme dificuldade de pôr em marcha um projeto dessa envergadura, de fazer com que todas as farmácias mantenham os seus farmacêuticos

presentes. O Brasil é continental. No seus quase 5.500 municípios, há cerca de 65 mil farmacêuticos para 55 mil estabelecimentos, entre farmácias e drogarias comunitárias, sem contar com as milhares de farmácias hospitalares. Em meio a esse gigantismo numérico, existem velhos interesses em permanente conflito com as causas sanitárias, dificultando certos avanços no campo farmacêutico.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que interesses adversos são esses?

Jaldo de Souza Santos - O maior deles ainda é o de farmácias e hospitais, que não querem manter o farmacêutico em suas dependências. Uns alegam falta de recursos financeiros para isso. Nesse caso, sequer chegam a contratar o profissional, fato qualificado como irregularidade grave. Ou então, contratam o farmacêutico, mas exigem que ele não apareça ao trabalho, o que também é uma irregularidade. Neste último caso, em particular, o empregador arvora-se a se dar o “direito” de pagar um salário aviltante e subumano ao farmacêutico, justificando que ele não precisa trabalhar. Ou seja, ele está corrompendo o profissional e a sociedade, que se beneficia dos serviços farmacêuticos, como também burla as leis sanitárias, tentando passar a perna na saúde, e o Código de Defesa do Consumidor.

E por que esses malfeitores agem assim? Para “limpar” a área. Noutras palavras, significa manter o farmacêutico longe do estabelecimento, para que os leigos assumam o seu comando. E, aí, só Deus sabe o que pode acontecer. Sabemos que ações lesivas ao consumidor são praticadas, a torto e a direito, por leigos mal informados, que agem, nos balcões das farmácias, com total ignorância científica, ou por leigos mal-intencionados e mau-caráter, que atuam movidos pelo desejo de ganhar comissões mais polpudas sobre as vendas.



No caso dos hospitais, o leigo não é competente para desenvolver uma política farmacêutica para o estabelecimento que inclua, por exemplo, a padronização de medicamentos, a dispensação em dose unitária, o aconselhamento ao paciente. Ele também não pode integrar-se à equipe multiprofissional, enfim. Isso representa perigo ao paciente e prejuízos enormes para o hospital. Ou seja, a farmácia hospitalar fica absolutamente ao deus-dará. É como um avião sem piloto. Basta dizer que, com as suas ações, o farmacêutico pode levar o hospital a baratear os custos com medicamentos em até 40% e reduzir substancialmente o número ou o período de internações.

PHARMACIA BRASILEIRA - O que deve fazer o farmacêutico que é convidado por um estabelecimento desses a aceitar tais condições de trabalho?

Jaldo de Souza Santos - Ele deve procurar, urgentemente, o seu Conselho Regional e formalizar uma denúncia. Ele precisa agir, assim, por questões ética e de consciência profissional. A profissão precisa ser zelada. E quem primeiro fará isso é o próprio farmacêutico. Além do mais, a saúde da população também está em risco. Como ele é um



profissional de saúde, não pode se descuidar das questões sanitárias que o envolvem. Ou seja, o farmacêutico não pode relaxar em suas obrigações como responsável técnico. Principalmente, as obrigações ética, sanitária e social de estar presente ao estabelecimento pelo qual é o seu responsável, atuando.

PHARMACIA BRASILEIRA - A solução desses problemas cabe exclusivamente ao CFF e CRFs?

Jaldo de Souza Santos - Não. Além das dificuldades impostas por esses interesses adversos, que agem como uma onda que avança em sentido contrário, a obrigatoriedade de a farmácia manter o farmacêutico presente, enquanto ela estiver funcionando, deve ser objeto de responsabilidade, do ponto de vista da fiscalização, da vigilância sanitária dos Estados e Municípios. Também, não pode passar ao largo da responsabilidade dos Procons e do Ministério Público. Como o acesso à atenção farmacêutica é um direito do cidadão, assegurado pela legislação sanitária e pelo Código de Defesa do Consumidor, deve envolver esses órgãos.

PHARMACIA BRASILEIRA - O senhor pretende retomar o projeto de universalização do acesso à atenção farmacêutica, nesta gestão?

Jaldo de Souza Santo - Sim, mesmo porque ele será a nossa prioridade máxima. Tudo faremos para que o farmacêutico esteja nas farmácias.

PHARMACIA BRASILEIRA - E de que forma o CFF vai viabilizar a execução dessa política, considerando as enormes dificuldades citadas pelo senhor?

Jaldo de Souza Santos - Temos dois caminhos paralelos a seguir. Um é o de massificar as condições culturais e científicas para a prestação de serviços de atenção farmacêutica. O outro é o da aproximação com aqueles órgãos que citei. Quanto ao primeiro, já está em execução a nossa política de valorização do conhecimento técnico-científico farmacêutico, com vistas à qualificação profissional.

Por todo o Norte-Nordeste, quer seja nas capitais, como no interior, equipes de excelências em farmácias comunitária e hospitalar estão ministrando cursos de reciclagem, mudando profundamente o panorama da atenção farmacêutica, nessas regiões, tão marcada que era pela incipiência. Começamos pelo Norte e Nordeste, porque o problema é mais acentuado, nessas duas regiões, salvo algumas exceções.

O caminho da qualificação é importante, porque torna o farmacêutico um profissional seguro para enfrentar as mais diversas situações, no balcão de uma farmácia ou dentro de um hospital. Saliento que estamos vivendo sob a filosofia da farmácia clínica, que trouxe inúmeras responsabilidades para o farmacêutico. Em contrapartida, passou a cobrar dele uma excepcional qualificação.

Quanto ao segundo caminho, é nesse cenário de parceria e de aproximação que vamos trabalhar,

porque o envolvimento dos Procons e do Ministério Público dá mais densidade e consequência à fiscalização às farmácias. Nós, de nossa parte, intensificaremos a fiscalização aos farmacêuticos. Belém, no Pará, é o grande exemplo disso. O CRF do Pará/Amapá mobilizou toda a categoria e os estudantes de Farmácia e aproximou-se do Procon, do Ministério Público e do próprio Sindicato dos proprietários de farmácia, com o objetivo de criar um entendimento que resultasse na assistência plena.

Depois de fecharem um entendimento, o Sindicato deu para trás. Não fosse a participação desses órgãos, que, diga-se de passagem, agiram com rigor, não se teria chegado a que se chegou: assistência plena, inclusive nos plantões noturnos. Portanto, teremos que ser duros, mas buscar sempre o caminho do entendimento e o envolvimento desses órgãos.

PHARMACIA BRASILEIRA - Dr. Jaldo, numa entrevista que deu a esta revista (edição de número 29), a gerente geral de Medicamentos Genéricos da Anvisa, Vera Valente, disse que muitos farmacêuticos temem substituir o medicamento controlado de marca por um genérico, em especial os de tarja preta, no caso de o médico não especificar que não aceita a substituição. Isso chocou o senhor?

Jaldo de Souza Santos - De certo modo, chocou muito. O nome desse problema é insegurança. Os farmacêuticos, nesse caso, estão desconhecendo a prerrogativa legal que lhes garante o poder de fazer a intercambialidade. Essa insegurança pode ter origem na falta de conhecimento técnico-científico ou no desconhecimento da legislação. Mas seja qual for o motivo, tem que ser corrigido, com urgência. Conclamo os Conselhos Regionais de Farmácia a agirem, com rapidez, com vistas a dirimir essas dúvidas.

Isso não pode, em hipótese

alguma, acontecer com o profissional que é a maior autoridade em medicamento. Essa autoridade vem do fato de ele ser o profissional dotado de altos conhecimentos de Farmacologia, de Farmacocinética, de Fisiologia, de Fisiopatologia etc. A condição de autoridade tem que prevalecer, inclusive, diante de novas exigências, como essas feitas pela Lei dos Genéricos. Mas é de se imaginar que alguns profissionais perdessem o fio da miada, diante do fato de os genéricos serem uma realidade ainda nova para muitos.

De qualquer forma, todos clamávamos por genéricos. E eles vieram. Agora, justo entre os farmacêuticos, brota essa deficiência! Não pode. Mas nós iremos resolver o problema, fazendo com que a qualificação e informações sobre a Lei cheguem ao farmacêutico, onde quer que ele se encontre.

Temos ainda que pensar no seguinte: se o farmacêutico está inseguro, ele acaba privando o cidadão dos benefícios da intercambialidade e das vantagens do medicamento genérico. E, o que é pior, pode estimular o usuário do medicamento a procurar o balconista. Aí, a situação é complicada, pois a intercambialidade é uma operação exclusiva e intransferível do farmacêutico e deve ser cercada de todos os cuidados científicos. Se o balconista se meter a fazer a intercambialidade, ele está agindo como um charlatão. Isso é crime. E o farmacêutico também será responsabilizado.

Tenho apelado, em entrevistas ou onde mais a minha voz consegue chegar, que, ao comprar um medicamento genérico, o cidadão deve escolher somente a farmácia onde esteja presente o farmacêutico. Seria humilhante se, um dia, tivesse que a mudar o discurso e dizer que o cidadão teria que escolher uma farmácia onde esteja presente o farmacêutico, mas aquele

que saiba fazer a substituição de um produto de marca por um genérico.

PHARMACIA BRASILEIRA - O Conselho Nacional de Educação aprovou praticamente, na íntegra, proposta de reforma das diretrizes curriculares para o curso de Farmácia, tirada de um consenso votado no “Fórum Nacional de Avaliação das Diretrizes Curriculares”, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia, em agosto. O Fórum reuniu representantes de todos os segmentos farmacêuticos. O item que mais chama a atenção, entre as propostas, é o que cria a formação em farmacêutico generalista, em nível de graduação. O senhor sempre foi favorável a essa proposta. O que tem a dizer sobre a sua aprovação pelo CNE?

Jaldo de Souza Santos - A aprovação foi uma manifestação de sabedoria e de atualização do CNE, que percebeu o anacronismo do ensino de Farmácia, hoje, em relação às grandes transformações tecnológicas, científicas, sanitárias, mercadológicas, sociais e humanitárias por que passa a atividade farmacêutica, no mundo inteiro. Não se pode corrigir essa defasagem, sem começar pelo ensino.

O mundo, hoje, precisa de um farmacêutico multivalente, que domine todas as áreas da profissão. E isso não está acontecendo apenas com o farmacêutico, mas com outros profissionais de diversas áreas. Se o farmacêutico quiser, depois, ser uma autoridade, uma excelência, em uma área determinada, então, ele deverá fazer uma especialização.

Gostaria de aproveitar esta entrevista, para salientar o quanto o Conselho Federal vem fazendo em favor do ensino farmacêutico. Em verdade, nós precipitamos as discussões sobre as grandes transformações que precisavam ser feitas no ensino e criamos as condições necessárias para que elas pudessem

ser debatidas, democraticamente, por todos os envolvidos com a educação farmacêutica (professores, coordenadores de curso, estudantes, farmacêuticos, especialistas em ensino farmacêutico, representantes do MEC e do Conselho Nacional de Educação).

Para tanto, realizamos a “Conferência Nacional de Educação Farmacêutica”, através de nossa Comissão de Ensino, em duas edições, além do Fórum. Fizemos também pré-conferências em todas as regiões. Ou seja, lideramos esse processo e muito nos orgulhamos de dizer que os frutos estão amadurecendo.

PHARMACIA BRASILEIRA - Bem, agora, as universidades têm um tempo para adaptar-se às mudanças, criando os seus cursos de farmacêutico generalista. Mas elas, certamente, encontrarão dificuldades para vencer esse processo de transição. O CFF dará algum suporte técnico às instituições de ensino que necessitarem de ajuda?

Jaldo de Souza Santos - Vou designar a Comissão de Ensino do CFF para que mantenha-se próxima às universidades, com este objetivo. Aliás, os integrantes da Comissão já têm ido às universidades, a convite destas, para falar sobre currículo, diretrizes, etc., antes mesmo de aprovada a proposta de criação da formação generalista pelo CNE.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que outro projeto o CFF vai executar, nesta gestão?

Jaldo de Souza Santos - Vamos regulamentar, através de resoluções, todas as áreas de atuação profissional farmacêutica, a exemplo do que fizemos, no ano passado, quando regulamentamos, pela resolução 357/2001, as atividades exercidas na farmácia comunitária. Não poderíamos mais viver, tendo dúvidas sobre as nossas próprias atribuições em determinados setores.